

## EDITORIAL

### *Ensino de História: atuações em um tempo complexo*

Prezados leitor, leitora,

Como sabem, a *RHHJ* é destinada, especialmente, a professores e pesquisadores da área de História e de seu ensino. Ela possui como escopos apresentar pesquisas, aprofundar discussões epistêmicas sobre o saber histórico escolar, escrutinar políticas públicas que afetam o ensino de História, promover a circulação de relatos, divulgar experiências, incitar reflexões e, assim, expressar a multivocalidade das posições sobre ensinar e aprender História.

Ela destina-se a compartilhar e promover reflexões sobre os sentidos que cercam a condição de ser professor de História, ser pesquisador sobre o ensino de História, e atuar na formação inicial e continuada de professores de História no Brasil. Seus temas e questões surgem de uma série de indagações e inquietações que se impõem, atravessam e interpelam os sentidos e significados de se ensinar e aprender História, especialmente na escola, mas também em outros espaços sociais.

Nesse sentido, a *RHHJ* busca estar conectada com nossos tempos. Desculpem a obviedade dessa proposição, mas, talvez, afinal, isso não seja tão ululante. Se me permitem, desejo compartilhar um desassossego com os tempos que vivemos. Afinal, se desejamos estar conectados, precisamos escrutinar antes: que tempos são estes?

Pois bem, não sabemos ao certo. Estamos, na realidade, tentando entender. Trata-se de uma tarefa assaz complexa e desafiadora. Tempos de governo Bolsonaro. Tempos de influência de estranhas figuras elevadas à condição de ideólogos de governo. Tempos de militarização das escolas. Tempo de revisionismo da História da Ditadura Militar. Tempos de falsificações grosseiras do passado que fazem, por exemplo, do Nazismo um movimento de “esquerda”. Tempos de contestação das políticas de Direitos Humanos. Tempos de

desconstrução das políticas sociais de inclusão e respeito à diversidade. Tempos de milícias digitais destinadas a perseguir e massacrar quem defende liberdades e minorias. Tempo de uma onda conservadora globalizada (apesar de os conservadores serem contrários à globalização). Tempos de reação conservadora nos costumes. Tempos de xenofobia e construção de muros. Tempos de violência e assassinato em escolas e templos religiosos. Tempos de insultos, agressões, perseguições, censura. Tempos do absolutismo do mercado. Tempos de mitificação. Tempos tristes. Tempos sombrios. Mas, sobretudo, tempos de resistência. Tempos de reafirmação dos valores e das lutas democráticas contra o autoritarismo. Tempos de defesa da racionalidade, do debate contra a truculência e a falta de argumentos. Tempos de restabelecimento dos fatos contra a indústria de fabricação e difusão de mentiras. Tempos de reunir energias. Tempos de aprofundar, valorizar e difundir estudos feitos com os métodos das ciências. Tempos de afirmação convicta e destemida de valores democráticos e dos direitos humanos. Tempos de enfrentar desafios do ensinar a pensar de forma histórica, criticamente.

Este número está, sim, conectado com esses tempos. Apresentamos, em primeiro lugar, o Dossiê “PNLD: memórias, tensões e desafios”. Alvo de diferentes interesses, o maior programa do Ministério da Educação, e um dos maiores do planeta, é um palco constante de disputas, como revelam os artigos e a entrevista do Dossiê. Os aprimoramentos recentes, advindos de sua lenta consolidação como política de Estado e sua ampliação para os mais diversos segmentos educacionais,<sup>1</sup> estão sendo ameaçados sob as injunções de ideólogos de direita, revisionistas, segmentos evangélicos e interesses mercantis diversos. O Dossiê organizado por Sandra Regina Ferreira de Oliveira e Flávia Eloisa Caimi, duas pessoas visceralmente comprometidas com a pesquisa em ensino de História e profundamente ligadas aos esforços acadêmicos de aprimoramento do livro didático de História, revela a complexidade das questões e desafios do tema. E, principalmente, reafirma a necessidade de resistir e reconectar, não só este, mas todos os programas de materiais e livros didáticos aos critérios democráticos, arduamente construídos e conquistados, que vinham pautando seu desenvolvimento como políticas públicas.

Outro ponto de conexão é o mundo digital. Neste número contamos com dois artigos na seção *E-Storia*. No artigo “Ensino de história frente às tecnologias digitais: um olhar sobre a prática”, Fabiano Viana Andrade avalia as dificuldades no uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) por docentes de História. A pesquisa, realizada em Campos dos

Goytacazes (RJ), revela as dificuldades de acesso aos laboratórios de informática e a falta de domínio das tecnologias, além da não utilização das tecnologias mais atuais, como redes sociais, celulares e *tablets* em sala de aula. No artigo “O *youtuber* como professor de história: diálogos entre história pública e história digital na educação de surdos”, Ernesto Padovani Netto apresenta as reflexões e práticas para a construção de um produto pedagógico desenvolvido no mestrado profissional de ensino de história (ProfHistória), no *campus* de Ananindeua, estado do Pará – o Canal no YouTube e a página no Facebook “História em Libras” –, destacando aqui as reflexões teóricas no campo da História Pública e da História Digital que nortearam a proposição do canal e as experiências vividas a partir da filmagem e veiculação da primeira videoaula.

Outro ponto de conexão é a sala de aula. Na seção *História Hoje na Sala de Aula*, destinada a veicular experiências e reflexões de docentes da Educação Básica, apresentamos o artigo de Carlos Eduardo Ströher e Franciele de Souza Monteiro “As políticas do PNL D e as escolhas dos livros didáticos pelos professores de história”, em que os autores apresentam resultados de uma pesquisa de campo sobre a relação que professores estabelecem com o livro didático na intenção de compreender os olhares múltiplos sobre esse objeto complexo. Nesse sentido o artigo dialoga com o Dossiê da perspectiva do docente. No artigo “E o racismo no Vidigal?: reflexões sobre a promoção da igualdade racial orientadas pelo ensino da história e da matemática com recursos digitais”, seu autores Vitor Leandro de Souza e Danubia de Araujo Machado relatam a experiência de ensino sobre a discriminação racial e as diferentes dimensões que perpassam a temática do racismo pelo uso de conteúdos ministrados nas aulas de História e Matemática sob uma perspectiva interdisciplinar e atenta a uma educação para a promoção da igualdade étnico-racial.

As temáticas das narrativas e práticas de leitura são outro ponto de conexão com estes tempos. Em “Folhas de ébano: (auto)biografias de escravizados e ensino de História”, Alexandra Lima da Silva indica a importância do uso de autobiografias de escravizados no ensino de História, defendendo que elas são um caminho para a compreensão dos escravizados como protagonistas e sujeitos da própria história, na luta pela liberdade e pela igualdade. Em “O ensino de história e as práticas de leitura na escola: reflexões sobre o contexto brasileiro atual”, Ana Beatriz Accorsi Thomson discute a importância da leitura no ensino de história e suas potencialidades no processo de ensino e aprendizagem. Considerando o contexto educacional brasileiro, a autora analisa por fim mais um programa público de distribuição de livros às escolas, o Programa

Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), que no contexto político atual envolvendo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), vive um momento de descontinuidade. Fecha o número o artigo “As narrativas históricas comparadas sobre a Questão do Amapá”, no qual Danilo Sorato Oliveira Moreira apresenta as narrativas históricas comparadas sobre a Questão do Amapá em suportes acadêmicos e didáticos, mostrando que as narrativas acadêmicas não se reduzem às características de arquétipo, estereótipo, silêncio e esquecimento, pois elas revelam a preocupação em valorizar personagens históricos marginalizados, silenciados e esquecidos pela historiografia anterior ao século XXI, enquanto as narrativas didáticas se caracterizam pela aceitabilidade do arquétipo, estereótipo, silêncio e esquecimento. O autor conclui que as narrativas históricas comparadas são heterodoxas, diversas e plurais, possibilitando a utilização de diferentes linguagens históricas no Ensino de História.

Tal perspectiva segue pautando a luta no ensino de História, que não pode se sujeitar às versões negacionistas, mistificadoras e falseadoras que hoje se atrevem a disputar a memória histórica do país difundindo mentiras, querendo impor censura à verdade histórica dos fatos. O golpe de 1964 foi isso, um golpe contra o Estado Democrático.

Agradecemos a todos e todas que colaboraram para a construção coletiva deste número. Continuaremos em conexão com estes tempos complexos, com coragem intelectual e firme convicção dos princípios que nos movem.

Boa leitura!

*Paulo Eduardo Dias de Mello*  
Editor  
Ponta Grossa, março de 2019

## NOTA

<sup>1</sup> Este editor teve a honra de trabalhar na formulação e implementação dos Editais do PNLA e PNLD-EJA, seu processo de avaliação e distribuição, sob a gestão de André Lázaro (Secad) e Jorge Teles (DPEJA), tendo Fernando Haddad como ministro da Educação, durante o segundo mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva.